



## Campo Limpo Paulista



### **CARGO: PROCURADOR JURÍDICO**

Esta prova contém 50 (cinquenta) questões objetivas na forma de teste de múltipla escolha, com 5 (cinco) alternativas cada, sendo que existe apenas uma alternativa correta para cada questão.

Utilize somente caneta esferográfica azul ou preta de ponta grossa, não porosa, para preencher sua folha de respostas. O campo da alternativa escolhida deverá ser preenchido por inteiro, conforme instrução constante na folha de respostas.

A prova terá duração de 03 (três) horas. Os candidatos poderão se retirar da sala quando transcorridos 30 (trinta) minutos de prova.

Ao término da prova, o caderno de questões e a folha de respostas deverão ser entregues ao fiscal da sala.

Não se esqueça de assinar a lista de presença.



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LIMPO PAULISTA  
Prova de Procurador Jurídico

CAMPO LIMPO PAULISTA  
Rascunho do Gabarito  
Prova de PROCURADOR JURÍDICO

Nº	A	B	C	D	E		Nº	A	B	C	D	E
1							26					
2							27					
3							28					
4							29					
5							30					
6							31					
7							32					
8							33					
9							34					
10							35					
11							36					
12							37					
13							38					
14							39					
15							40					
16							41					
17							42					
18							43					
19							44					
20							45					
21							46					
22							47					
23							48					
24							49					
25							50					



## LEGISLAÇÃO BÁSICA E TÉCNICA LEGISLATIVA

- 1) Sobre o processo legislativo, é CORRETO afirmar:
- Não há, na Constituição, limites materiais para a edição de medida provisória.
  - Por causa do sistema bicameral, nenhuma lei poderá ser criada sem a aprovação dos Plenários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.
  - Na deliberação de cada uma das casas do Congresso Nacional sobre o mérito das medidas provisórias, dependerá de juízo prévio sobre o atendimento de seus pressupostos constitucionais.
  - A emenda à constituição depende de sanção do Presidente da República.
  - O processo legislativo compreende emendas à Constituição, leis complementares, leis ordinárias, leis delegadas e medidas provisórias.
- 2) Sobre o processo de elaboração de leis, marque a alternativa CORRETA:
- A normatização de aspectos relacionados à nacionalidade não pode ser objeto de delegação do Congresso Nacional ao Presidente da República.
  - A Constituição Federal de 1988 prevê a hipótese de participação popular no processo legislativo mediante a iniciativa de apresentação de propostas de emendas constitucionais e projetos de lei.
  - No plano da hierarquia das normas jurídicas, os decretos legislativos são hierarquicamente inferiores às leis ordinárias.
  - A emenda constitucional aprovada no âmbito do Congresso Nacional deve ser objeto de sanção do Presidente da República em até quinze dias contados da data do recebimento.
  - O veto parcial do Presidente da República a Projeto de Lei, no todo ou em parte, inconstitucional, ou contrário ao interesse público poderá abranger o texto parcial do artigo, de parágrafo, de inciso ou de alínea.
- 3) Um projeto de lei, aprovado pelo Congresso Nacional, que autorize a União a subsidiar cultos religiosos:
- Não poderá ser vetado pelo Presidente da República, porque já foi aprovado pelo Congresso Nacional.
  - Não poderá ser vetado pelo Presidente da República, porque não apresenta qualquer inconstitucionalidade.
  - Poderá ser vetado pelo Presidente da República, por vício de iniciativa dos integrantes do Poder Legislativo.
  - Poderá ser vetado pelo Presidente da República, pois trata-se de uma lei elaborada pelo Legislativo que provoca despesa ao Executivo.
  - Poderá ser vetado pelo Presidente da República, como forma de controle preventivo da constitucionalidade.
- 4) Tendo em vista as afirmativas abaixo pertinentes ao devido processo legislativo constitucional, assinale a única opção CORRETA:
- Os projetos de iniciativa exclusiva não admitem a alteração da redação original por meio da aprovação de emendas parlamentares em nenhuma hipótese.
  - Um projeto de emenda constitucional rejeitado ou prejudicado em uma sessão legislativa, em regra, não poderá ser reapresentado nesta mesma sessão legislativa.
  - As medidas provisórias não podem tratar de matéria relativa a direito penal, processual penal e direito administrativo.
  - As leis complementares serão aprovadas por maioria de dois terços.
  - A iniciativa para propor leis ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, do Presidente da República, do Supremo Tribunal Federal e ao Procurador Geral da República.
- 5) As matérias de competência exclusiva da Câmara Municipal de Campo Limpo Paulista, em regra, deverão ser disciplinadas por:
- medida provisória.
  - lei ordinária.
  - resolução.
  - decreto legislativo.
  - decreto regulamentar.



# CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LIMPO PAULISTA

## Prova de Procurador Jurídico

- 6) Em relação ao processo legislativo, está CORRETO afirmar que:
- Todos os projetos de lei devem, obrigatoriamente, ser discutidos e votados pelo plenário das casas legislativas.
  - Somente os projetos de lei ordinária e de lei complementar se submetem à sanção ou veto do Presidente da República.
  - Resoluções e decretos legislativos devem ser discutidos e votados unicameralmente pelo Congresso Nacional em reunião conjunta.
  - Vetado o projeto de lei pelo Presidente da República, e rejeitado pela maioria absoluta dos Deputados e Senadores, ele será enviado ao Executivo para que este o sancione.
  - Proposta de Emenda à Constituição tendente a abolir a forma federativa do estado está condicionada à aprovação plebiscitária para ser considerada lícita.
- 7) Projeto de lei que disponha sobre o aumento da remuneração dos servidores municipais de Campo Limpo Paulista não poderá ser apresentado, por 5% do eleitorado do Município, à Câmara Municipal porque:
- inexiste iniciativa popular das leis na esfera municipal.
  - para iniciativa popular das leis municipais exige-se o mínimo de 10% do eleitorado local.
  - a matéria é de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo.
  - a Câmara Municipal é o órgão competente para aprovação da lei em questão.
  - a mesa da câmara municipal é o órgão competente para apresentação deste projeto de lei.
- 8) O Prefeito de Campo Limpo Paulista poderá solicitar urgência para a tramitação de projetos de sua iniciativa. Solicitada urgência, a Câmara deverá se manifestar em até;
- quarenta e cinco dias sobre a proposição, contados da data em que for feita a solicitação.
  - sessenta dias sobre a proposição, contados da data em que for feita a solicitação.
  - noventa dias sobre a proposição, contados da data em que for feita a solicitação.
  - cento e vinte dias sobre a proposição, contados da data em que for feita a solicitação.
  - cento e oitenta dias sobre a proposição, contados da data em que for feita a solicitação.
- 9) Analise as assertivas e assinale a alternativa correta. A iniciativa das leis complementares e ordinárias do Município de Campo Limpo Paulista cabe:
- a qualquer Vereador.
  - às comissões permanentes da Câmara.
  - ao Prefeito
  - à iniciativa popular, na forma e nos casos previstos nesta Lei.
- Apenas I e II estão corretas.
  - Apenas I, III e IV estão corretas
  - Apenas I, II e III estão corretas
  - Apenas I, II e IV estão corretas.
  - I, II, III e IV estão corretas.
- 10) De acordo com a Lei Complementar nº 95/98 com o fim de redigir as disposições normativas para obter ordem lógica será necessário atentar para o seguinte aspecto.
- Articular a linguagem, técnica ou comum, de modo a ensejar perfeita compreensão do objetivo da lei e a permitir que seu texto evidencie com clareza o conteúdo e o alcance que o legislador pretende dar à norma.
  - Expressar a ideia, quando repetida no texto, por meio das mesmas palavras, evitando o emprego de sinonímia com propósito meramente estilístico.
  - Reunir sob as categorias de agregação - subseção, seção, capítulo, título e livro - apenas as disposições relacionadas com o objeto da lei.
  - Evitar o emprego de expressão ou palavra que confira duplo sentido ao texto.
  - Escolher termos que tenham o mesmo sentido e significado na maior parte do território nacional, evitando o uso de expressões locais ou regionais



## DIREITO CONSTITUCIONAL

11) Assinale a opção CORRETA:

- a) A lei anterior à Constituição Federal incompatível, no seu conteúdo, com a nova Carta da República, deve ser declarada, por meio de ação direta de inconstitucionalidade, supervenientemente inconstitucional.
- b) A revogação da lei, objeto de ação direta de inconstitucionalidade, no curso dessa ação, não prejudica a apreciação do mérito da demanda, se a lei tiver produzido efeitos concretos, durante o seu período de vigência.
- c) Todo Decreto-Lei editado antes da Constituição de 1988 perdeu eficácia depois da promulgação desta, uma vez que a ordem constitucional em vigor não previu tal instrumento normativo.
- d) Lei ordinária anterior à Constituição de 1988, com ela materialmente compatível, é tida como recebida pela nova ordem constitucional, mesmo que esta exija lei complementar para regular o assunto.
- e) O controle preventivo de constitucionalidade ocorre anteriormente à promulgação da lei e possui natureza jurídica sempre.

12) Assinale a opção CORRETA:

- a) Para que o prefeito seja processado criminalmente, a Constituição Federal exige que a Câmara de Vereadores confira licença para tanto.
- b) A Câmara de Vereadores pode sustar processo criminal aberto contra qualquer de seus membros.
- c) A imunidade parlamentar de que gozam os vereadores pode abranger opiniões por eles proferidas fora do recinto da Câmara Municipal, embora em local situado na circunscrição do Município.
- d) A imunidade parlamentar por palavras e opiniões dos vereadores não alcança os casos definidos como crime contra a honra.
- e) As imunidades parlamentares são prerrogativas que decorrem do efetivo exercício da função parlamentar e estendem-se aos suplentes, mesmo que estes não tenham assumido o cargo ou não estejam em seu efetivo exercício.

13) Assinale a opção CORRETA:

- a) A lei orgânica do Município, por ter natureza constitucional, não pode ser objeto de representação por inconstitucionalidade perante o Tribunal de Justiça do Estado em que situado o Município.
- b) Sofre de inconstitucionalidade a lei orgânica do Município que não prevê a hipótese de iniciativa popular de projetos de lei de interesse específico do Município, da cidade ou de bairros.
- c) Uma lei ordinária municipal, incompatível com a lei orgânica do mesmo Município, revoga-a, se lhe for posterior, nos pontos em que atritarem.
- d) É expressamente proibido que o Município adote o regime das medidas provisórias na sua lei orgânica.
- e) Qualquer munícipe será parte legítima para pleitear a declaração de nulidade ou anulação dos atos lesivos ao patrimônio municipal.

14) Assinale a opção que, pelos dados que apresenta, não revela conter hipótese de inconstitucionalidade.

- a) Lei da iniciativa de vereador que institui direito de creche para os servidores públicos municipais.
- b) Lei da iniciativa do prefeito que estabelece horário de funcionamento das agências bancárias no território do Município.
- c) Lei da iniciativa de vereador que dispõe sobre o uso e ocupação do solo urbano do Município, desde que com a participação da população diretamente afetada
- d) Emenda à lei orgânica do Município que estabelece a faculdade de servidores públicos municipais converterem em abono pecuniário um terço das suas férias anuais.
- e) A matéria constante de proposta de Emenda rejeitada ou havida por prejudicada só poderá ser renovada única vez na mesma sessão legislativa, subscrita por dois terços dos Vereadores.



# CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LIMPO PAULISTA

## Prova de Procurador Jurídico

15) Sobre os direitos e garantias fundamentais marque a opção correta.

- a) O princípio da proporcionalidade deve ser utilizado como balizador para a atuação legislativa infraconstitucional de limitação dos direitos fundamentais.
- b) Em caso de flagrante delito pode haver o ingresso na casa de alguém somente durante o dia.
- c) Pode haver a interceptação das comunicações telefônicas desde que por ordem judicial ou das Comissões Parlamentares de Inquérito.
- d) O texto constitucional prevê, de modo expresso, a aplicação dos direitos fundamentais aos estrangeiros não residentes no país.
- e) Cabe censura, dos órgãos competentes, a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, para que não ocorram em desacordo com os princípios e garantias estabelecidos nessa Constituição.

16) Sobre os princípios constitucionais que vinculam a Administração Pública, é ERRADO afirmar que:

- a) a Constituição Brasileira expressamente determina ao administradores públicos de qualquer dos Poderes, sejam eles do Executivo, do Legislativo ou do Judiciário, da esfera federal, estadual ou municipal, a vinculação aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- b) o princípio da razoabilidade está implícito na Constituição Federal, mas no âmbito da Administração Pública Federal, por força da lei que regula o processo administrativo, ele foi explicitamente acolhido.
- c) no Direito Administrativo prevalece o princípio da preponderância do interesse público sobre o interesse privado, sendo este a base dos institutos da requisição e da desapropriação.
- d) A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.
- e) a inserção do princípio da eficiência no bojo da Constituição Federal determina que a Administração deve agir de modo rápido e preciso, para produzir resultados que satisfaçam as necessidades da população, razão pela qual podemos afirmar que, para este princípio realizar-se, a legalidade poderá ser mitigada.

17) Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Compete privativamente à União legislar sobre direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho.
- b) No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais. A competência da União para legislar sobre normas gerais exclui a competência suplementar dos Estados.
- c) A soberania popular é exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos.
- d) Compete aos Municípios legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar a legislação federal e a estadual no que couber.
- e) Lei municipal que concede subvenção a determinada seita religiosa deve ser considerada inconstitucional, podendo ser impugnada por via de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental junto ao Supremo Tribunal Federal, desde que observado o princípio da subsidiariedade.

18) A iniciativa de Emenda à Lei Orgânica do Município de Campo Limpo Paulista, pode ser proposta:

- a) por dois terços, no mínimo, dos vereadores da Câmara Municipal;
- b) por três quintos, no mínimo, dos vereadores da Câmara Municipal;
- c) por um terço, no mínimo, dos vereadores da Câmara Municipal;
- d) pela população, mediante subscrição de dez por cento do eleitorado local.
- e) pela presidência da Câmara Municipal.

19) O sistema de controle de constitucionalidade no Brasil é:

- a) político e difuso;
- b) jurisdicional e concentrado nas mãos do Supremo Tribunal Federal, único órgão competente para exercê-lo;
- c) político na via de ação direta e jurisdicional na via de exceção ou defesa;
- d) jurisdicional, combinados os critérios difuso e concentrado, este último pelo Supremo Tribunal Federal.
- e) jurisdicional, atribuindo competência para processar apenas ao STF.



20) Sobre o poder constituinte marque a alternativa CORRETA:

- a) Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir o voto direto, secreto, universal e obrigatório.
- b) O poder constituinte derivado é aquele que altera formalmente a Constituição, sendo em sua essência, primário e incondicionado.
- c) Por força do princípio da simetria, é possível afirmar que o poder decorrente é aquele atribuído aos Estados-membros para se auto-organizarem mediante a elaboração de suas constituições estaduais, dito isto, trata-se de um poder condicionado, ou seja, as alterações realizadas nas Cartas Estaduais devem guardar coerência com os parâmetros traçados pela Constituição Federal.
- d) Diferentemente da reforma, via ordinária e permanente de modificação da Constituição, a revisão consiste em uma via extraordinária e transitória de alteração do texto constitucional. Dito isto, a revisão foi prevista para ser realizada após 06 (seis) meses da promulgação da Constituição Federal de 1988.
- e) A Constituição também poderá ser emendada mediante proposta de mais da metade das Assembléias Legislativas das unidades da Federação, desde que cada uma delas se manifeste neste sentido, pela maioria relativa de seus membros.

### DIREITO ADMINISTRATIVO

21) Assinale a alternativa CORRETA:

- a) A Constituição Federal de 1988 adotou expressamente a teoria da responsabilidade subjetiva, segundo a qual o ente estatal deve indenizar apenas os danos causados por seus agentes quando comprovada culpa ou dolo.
- b) A Constituição Federal de 1988 adotou a teoria do risco integral, segundo a qual o estado deve indenizar todos os danos causados por seus agentes, ainda que tenham sido causados por culpa concorrente ou exclusiva da vítima.
- c) A Constituição Federal de 1988 adotou expressamente a teoria da responsabilidade objetiva, segundo a qual o estado deve indenizar os danos causados por seus agentes, independentemente de terem ou não agido com culpa ou dolo.
- d) A teoria da responsabilidade objetiva, na forma como adotada pela Constituição Federal de 1988, impõe aos entes estatais o dever de indenizar os danos causados por seus agentes, independentemente da existência de causas excludentes de responsabilidade.
- e) A Constituição Federal, em seu artigo 37, parágrafo 6º, dispõe que as pessoas jurídicas de Direito Público e as de Direito Privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, adotando, assim, a teoria do risco integral.

22) De acordo com a Lei Federal 8.987/95 (lei que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos), a retomada do serviço pelo poder concedente durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento da indenização chama-se:

- a) Encampação
- b) Caducidade
- c) Rescisão
- d) Reversão
- e) Advento do termo contratual



23) O contrato Administrativo é aquele celebrado entre a administração e terceiros na qual a permanência do vínculo e das condições está sujeita às imposições do interesse público. Pode-se afirmar em relação ao contrato administrativo que:

- a) O equilíbrio econômico-financeiro, a revisão de preços e tarifas, a aplicação de penalidades contratuais, dentre outras, são cláusulas exorbitantes, que apesar de não serem lícitas no contrato privado, são admissíveis nos contratos administrativos.
- b) Como corolário do princípio do "pacta sunt servanda" a Administração não poderá alterar ou rescindir unilateralmente o contrato celebrado com o particular, já que este, ao pactuar, adquire à imutabilidade do contrato e à sua execução integral.
- c) Diante da supremacia do interesse público, havendo inexecução ou inadimplemento sem culpa, surgirá mesmo assim a responsabilidade para os contratantes particulares.
- d) Não cabe ação popular para invalidar contrato firmado com a Administração, autarquia e entidades paraestatais, mas sim mandado de segurança, que sem dúvida, poderá cessar os efeitos do contrato, o que equivale a sua rescisão.
- e) As cláusulas dos contratos administrativos apesar de serem fixadas pela Administração, admitem a sua alteração mediante justificativa do contratado.

24) Ao servidor público da administração direta, autárquica ou fundacional, no exercício de mandato eletivo, de acordo com a Constituição Federal, aplica-se a seguinte disposição:

- a) Tratando-se de mandato eletivo federal, estadual ou distrital, poderá optar pela remuneração de seu cargo, emprego ou função.
- b) Investido no mandato de Prefeito será obrigado a se afastar do seu cargo, emprego ou função, sem opção de remuneração.
- c) Investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horários, poderá perceber as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo.
- d) Investido no mandato de Vereador e não havendo compatibilidade de horário ficará afastado de seu cargo, emprego ou função, sem opção de remuneração.
- e) Tratando-se de mandato eletivo municipal, será obrigado a licenciar-se do cargo, contando-se o seu tempo de serviço para todos os efeitos.

25) Com relação aos bens públicos, podemos afirmar:

- a) Os bens de uso comum do povo, os bens de uso especial e os bens dominicais somente poderão ser alienados após a sua desafetação.
- b) Apenas os bens de uso comum do povo necessitam ser desafetados para ser alienados.
- c) Apenas os bens de uso especial não necessitam ser desafetados para ser alienados.
- d) Apenas os bens de uso dominical não necessitam ser desafetados para ser alienados.
- e) Os bens de uso comum do povo e os bens de uso especial não podem ser alienados.

26) Filisteu, cidadão brasileiro, pretende ingressar no serviço público e passa por várias fases, até ficar de tal modo vinculado ao cargo, que somente após processo administrativo, ou sentença penal transitada em julgado, é que pode ser demitido. As sucessivas fases pelas quais passa estão dispostas na seguinte ordem:

- a) aprovação em concurso, nomeação, exercício, estágio probatório e estabilidade.
- b) aprovação em concurso, exercício, nomeação, posse, estágio probatório e estabilidade.
- c) posse, nomeação, exercício, aprovação em concurso público, estágio probatório e estabilidade.
- d) aprovação em concurso público, exercício, estágio probatório, nomeação e estabilidade.
- e) aprovação em concurso, nomeação, posse, exercício, estágio probatório e estabilidade.



## CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LIMPO PAULISTA

### Prova de Procurador Jurídico

27) Assinale a alternativa CORRETA, conforme o previsto na Lei Federal nº 8429/92 (Lei de improbidade administrativa):

- a) Os atos de improbidade administrativa importarão, cumulativamente, na suspensão dos direitos políticos, na perda da função pública, na indisponibilidade dos bens e no ressarcimento ao erário, na forma e na gradação previstas em lei, sendo vedado o “bis in idem”, mediante ação penal.
- b) Os atos de improbidade administrativa que atentam contra os princípios da Administração Pública importarão, cumulativamente, ao responsável, no ressarcimento integral do dano, se houver, na perda da função pública, na suspensão dos direitos políticos, no pagamento de multa civil no valor de até 100 vezes a remuneração percebida pelo agente e na proibição de contratar com o Poder Público ou dele receber incentivos ou benefícios fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, por 3 anos, sem prejuízo das sanções penais, administrativas e civis, previstas em lei específica.
- c) Na ação principal, que terá o rito ordinário, é vedada a transação ou acordo, sendo cabível a conciliação;
- d) A perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos aplicadas como sanção à prática de ato de improbidade administrativa já se efetivam com a condenação do agente em primeiro grau de jurisdição, independentemente da eventual interposição de recurso.
- e) A aplicação das sanções previstas na Lei 8429/92 dependerá da efetiva ocorrência do dano ao patrimônio público.

28) A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial. Tal prerrogativa da Administração decorre do princípio da:

- a) Imperatividade.
- b) Autoexecutoriedade.
- c) Finalidade.
- d) Exigibilidade.
- e) Autotutela.

29) A respeito dos atos administrativos e seus atributos, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Todo e qualquer ato administrativo para ser executado necessita de permissão ou autorização expressa provinda do Poder judiciário ou do administrativo, sob pena de o poder Público agir arbitrariamente, consoante as suas próprias razões.
- b) Os atos administrativos só podem ser impostos a terceiros quando houver concordância destes, uma vez que as obrigações jamais podem ser constituídas unilateralmente.
- c) Enquanto não decretada a invalidade do ato administrativo pela própria administração ou pelo judiciário, ele produzirá efeitos da mesma forma que o ato válido, devendo ser cumprido.
- d) A imperatividade não existe em todos os atos administrativos, mas apenas naqueles atos que conferem direitos solicitados pelo administrado, tais como licença, autorização, permissão e admissão.
- e) São dotados de presunção de legitimidade, segundo a qual existe presunção absoluta de que o ato foi praticado em conformidade com a lei.

30) O artigo primeiro da Lei n. 12.527/ 11 – lei de acesso à informação, afirma que qualquer interessado poderá apresentar pedido de acesso às informações aos órgãos e entidades, por qualquer meio legítimo, devendo o pedido conter a identificação do requerente e a especificação da informação requerida. Caso não seja possível aos órgãos e entidades concederem o acesso imediato à informação, assinale a afirmativa que indica o procedimento a ser adotado.

- a) Os órgãos ou entidades devem realizar audiências ou consultas públicas, para auxiliar o requerente.
- b) Os órgãos ou entidades devem viabilizar alternativa de encaminhamento de pedidos de acesso por meio de seus sítios oficiais na Internet.
- c) Os órgãos ou entidades devem indicar as razões de fato ou de direito da recusa do acesso pretendido.
- d) Os órgãos ou entidades devem protocolar novo requerimento de acesso à informação.
- e) Os órgãos ou entidades devem expor as exigências relativas aos motivos determinantes quanto a impossibilidade de atendimento das informações.



**DIREITO CIVIL**

31) A partir dos enunciados a seguir:

I – Os pais não são responsáveis pela reparação civil, decorrente de atos praticados por filhos menores que estiverem em seu poder e em sua companhia.

II – A responsabilidade civil é independente da criminal; não se poderá, porém, questionar mais sobre a existência do fato, ou quem seja o seu autor, quando estas questões se acharem decididas no crime.

III – Nas obrigações líquidas, os juros da mora contam-se desde a citação inicial.

IV – Constitui ato ilícito a deterioração de coisa alheia, a fim de remover perigo iminente.

V – A obrigação solidária não se presume, resulta da lei ou da vontade das partes.

Conclui-se que:

a) I, II, e V estão incorretas.

b) II, IV e V estão incorretas.

c) I, II e IV estão incorretas.

d) I, III e IV estão incorretas.

e) I, IV e V estão incorretas.

32) Assinale a proposição CORRETA:

a) O desuso de uma lei, com o passar do tempo, acarreta sua revogação.

b) A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.

c) A perda de vigência da lei revogadora tem por consequência natural a restauração da lei revogada.

d) A lei começa a vigorar em todo território nacional a partir de sua publicação, salvo disposição em contrário.

e) tratando-se de lei já em vigor, as correções não consideram-se lei nova.

33) Referentemente à Transação, assinale a alternativa FALSA:

a) É lícito aos interessados prevenirem, ou terminarem o litígio mediante concessões mútuas;

b) Sendo nula qualquer das cláusulas da transação, nula será esta;

c) A nulidade de qualquer de suas cláusulas implicará em nulidade da transação.

d) A transação produz entre as partes o efeito de coisa julgada, e só se rescinde por dolo, violência, ou erro essencial quanto à pessoa ou coisa controversa.

e) A transação interpreta-se extensivamente. Por ela não só se transmitem, mas também se declaram e reconhecem direitos;

34). Destaque a opção totalmente CORRETA:

a) Consideram-se bens públicos: i- os de uso comum do povo, tais como rios, estradas, mares, ruas e praças; ii- os de uso especial, tais como edifícios, ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, inclusive os de suas autarquias; e iii- os dominicais, especificados, não dispendo a lei em contrário, os bens pertencentes às pessoas jurídicas de direito público a que se tenha dado estrutura de direito privado e às pessoas jurídicas de direito privado, que explorem e prestem, mediante concessão, serviços públicos.

b) Configura-se a coação quando alguém, premido da necessidade de salvar-se, ou a pessoa de sua família, de grave dano conhecido pela outra parte, assume obrigação excessivamente onerosa.

c) É nulo o negócio jurídico quando: I) celebrado por pessoa absolutamente incapaz; II) for ilícito impossível ou indeterminável o objeto; III) o motivo determinante, comum a ambas as partes, for ilícito; IV) não revestir a forma prescrita na lei; V) for preterida alguma solenidade que a lei considere essencial para a sua validade; VI) tiver por objeto fraudar a lei imperativa; VII) a lei taxativamente o declarar nulo, ou proibir-lhe a prática, sem cominar sanção. Além dos casos expressamente declarados na lei, é anulável o negócio jurídico: I) por incapacidade relativa do agente; II) por vício resultante de erro, dolo, coação, estado de perigo, simulação, lesão, fraude contra credores.

d) É de quatro anos o prazo de decadência para pleitear-se a anulação do negócio jurídico, contado: I) no caso de coação, do dia em que ela cessar; II) no de erro, dolo, fraude, contra credores, estado de perigo ou lesão, do dia em que se realizou o negócio jurídico; III) no de atos de incapazes, do dia em que cessar a incapacidade.

e) Se a vítima tiver concorrido culposamente para o evento danoso, desaparece a responsabilidade do agente causador, deixando de existir a relação de causa e efeito entre o ato e o prejuízo experimentado pela vítima.



- 35) De acordo com a Lei n.º 10.741/2003 (Estatuto do Idoso), é CORRETO afirmar que
- a) a prioridade no recebimento da restituição do imposto de renda não está entre as prerrogativas dos idosos.
  - b) ao idoso é assegurada a gratuidade nos transportes coletivos, inclusive nos serviços seletivos e especiais, paralelamente prestados.
  - c) é proibida a discriminação dos idosos nos planos de saúde, consistente na cobrança de valores diferenciados em razão da idade.
  - d) o Poder Público tem o dever de fornecer aos idosos, gratuitamente, recursos relativos ao tratamento, habilitação ou reabilitação, exceto próteses e órteses.
  - e) ao idoso é assegurado o direito à tramitação processual prioritária, que favorece pessoas a partir dos 55 anos de idade.

### DIREITO PROCESSUAL CIVIL

- 36) Relativamente ao ônus da prova, assinale a alternativa CORRETA:
- a) na ação popular, o autor não tem o ônus de provar a ilegalidade do ato e a lesão ao patrimônio público, incumbindo ao réu a produção da prova negativa do fato alegado.
  - b) são considerados controvertidos e não se presumem verdadeiros, os fatos alegados pelo autor e não contestados pelo réu.
  - c) no mandado de segurança, a prova pré-constituída do direito líquido e certo cabe ao impetrante, aplicando-se por isso, o princípio da confissão ficta no caso de ausência de contestação ou de intempestividade das informações.
  - d) na apreciação da prova o juiz tem irrestrita liberdade.
  - e) o revel pode produzir prova desde que compareça em tempo oportuno.

- 37) Considere os enunciados seguintes, relativos à tutela antecipada:
- I. Nem sempre a tutela antecipada tem como móvel a urgência, pois pode ser concedida quando houver abuso do direito de defesa ou manifesto propósito protelatório do réu.
  - II. O Ministério Público pode requerer as antecipações tutelares, quer atue como parte, quer atue como fiscal da lei no processo civil, pois tem os mesmos poderes e os mesmos ônus que as partes.
  - III. Negada a tutela antecipada, por decisão fundamentada, desta não caberá recurso, mas o processo terá seguimento regular.
  - IV. Quando a citação do réu puder tornar ineficaz a medida antecipatória da tutela, ou quando a urgência indicar a necessidade de sua concessão imediata, poderá o juiz fazê-lo sem oitiva da parte contrária, diferindo o contraditório para momento posterior do procedimento.

Estão CORRETOS:

- a) I, II e IV apenas.
- b) I, II, III e IV.
- c) I, III e IV, apenas.
- d) II, III e IV apenas.
- e) Todos estão incorretos.

- 38) Assinale a alternativa CORRETA, quanto a disciplina da ação popular:
- a) Visa anular ato lesivo ao patrimônio público, ou de entidade de que o Estado participe, e à moralidade administrativa, mas não é via processual adequada para a defesa do meio ambiente.
  - b) Poderá ter como sujeito passivo, além da entidade pública, ou privada detentora do patrimônio público lesado, as autoridades, funcionários ou administradores que houverem autorizado, aprovado, ratificado ou praticado o ato impugnado.
  - c) Não admite, depois da sua distribuição, que outro cidadão se habilite como litisconsorte ou assistente do autor da ação, que é julgada procedente,
  - d) Submete a sentença ao reexame necessário.
  - e) Como a ação popular visa proteger o patrimônio público, essa ação é imprescritível.



# CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LIMPO PAULISTA

## Prova de Procurador Jurídico

39) No Procedimento Ordinário, é CORRETO afirmar:

- a) É permitida a acumulação, num único processo, contra o mesmo réu, de vários pedidos, ainda que entre eles não haja conexão.
- b) O autor poderá aditar o pedido após a citação, correndo à sua conta as custas acrescidas em razão dessa iniciativa.
- c) A decisão que indeferir a petição inicial caberá agravo de instrumento no prazo legal.
- d) A desistência da ação, ou a existência de qualquer causa que a extinga, obstará ao prosseguimento da reconvenção.
- e) Incumbe às partes, no prazo de 30 (trinta) dias da data designada para a audiência, depositar em cartório o rol de testemunhas.

40) Indeferida a petição inicial, o autor poderá apelar, facultado ao juiz, no prazo de quarenta e oito horas, reformar a sua decisão. Não sendo reformada a decisão:

- a) o despacho que receber o recurso mandará citar o réu para acompanhá-lo.
- b) os autos serão encaminhados ao tribunal competente, com as contrarrazões de apelação.
- c) dentro do prazo de dez dias, contados da intimação da conta, o apelante efetuará o preparo, inclusive do porte de retorno, sob pena de deserção.
- d) será aberto o prazo de quinze dias, para o réu/apelado ofertar as suas contrarrazões de apelação.
- e) os autos serão imediatamente encaminhados ao tribunal competente.

41) A Execução Fiscal será extinta (Lei 6.830/80, art. 26), sem qualquer ônus para as partes:

- a) antes da decisão de primeira instância, se a inscrição na Dívida Ativa for cancelada exclusivamente por erro de direito.
- b) antes da decisão de primeira instância, se a inscrição na Dívida Ativa for cancelada a qualquer título.
- c) antes da decisão de primeira instância, se a inscrição na Dívida Ativa for cancelada exclusivamente por erro de fato.
- d) antes da decisão de primeira instância exclusivamente se a inscrição na Dívida Ativa for cancelada por duplicidade.
- e) antes da decisão de primeira instância exclusivamente se a inscrição na Dívida Ativa for cancelada por defeito de forma.

42) Sobre embargos à execução e exceção de pré-executividade é CORRETO afirmar que:

- a) O ato jurisdicional que aprecia a exceção de pré-executividade possui natureza dúplice: decisão interlocutória (se a rejeitar) ou sentença (se a acolher).
- b) A exceção de pré-executividade é compatível com o processo civil, em caráter excepcional, e envolve matérias exclusivas de ordem pública, cujas provas devem ser constituídas previamente.
- c) Garantida a execução ou penhorados os bens, terá o executado 15 (quinze) dias para apresentar embargos, cabendo igual prazo ao exequente para impugnação. A matéria de defesa será restrita às alegações de cumprimento da decisão ou do acordo e quitação da dívida.
- d) As matérias que deram conteúdo à exceção de pré-executividade não poderão ser repetidas nos embargos do devedor, inclusive com relação à Fazenda Pública.
- e) A fraude à execução é regulada pelo direito processual e integra a classe dos direitos públicos, constituindo-se em ilícito penal, sendo ineficazes os atos praticados em fraude à execução. Todavia, a má-fé do devedor deve ser provada pelo credor.



43) Analisando as proposições:

I – São princípios da jurisdição: a aderência ao território, a indelegabilidade, a inevitabilidade, a inafastabilidade e a inércia.

II – O princípio do devido processo legal, tanto sob o aspecto procedimental como substancial, não está albergado dentre os princípios fundamentais do processo.

III – São princípios constitucionais do processo: a inafastabilidade da jurisdição, a igualdade das partes, o contraditório e ampla defesa, a publicidade e a necessidade de fundamentação judicial.

IV – O princípio da imparcialidade do juiz não decorre do princípio do juiz natural, das garantias da magistratura e das garantias institucionais do Poder Judiciário.

V – De acordo com o princípio do juiz natural, segundo o qual as demandas jurisdicionais devem ser julgadas por órgão judicial previamente estabelecido, é vedada a criação de juízos ou tribunais de exceção.

Conclui-se:

- a) I, II e V estão corretas.
- b) I, III e V estão corretas.
- c) III, IV e V estão corretas.
- d) II, IV e V estão corretas.
- e) Todas estão corretas

44) Assinale a questão ERRADA:

a) Cabem embargos infringentes quando o acórdão não unânime houver reformado, em grau de apelação ou de agravo de instrumento, a sentença de mérito, ou houver julgado procedente ação rescisória. Se o desacordo for parcial, os embargos serão restritos à matéria objeto da divergência.

b) O recurso extraordinário e o recurso especial, nos casos previstos na Constituição Federal, serão interpostos perante o presidente ou o vice-presidente do tribunal recorrido, em petições distintas, que conterão: I – a exposição do fato e do direito; II – a demonstração do cabimento do recurso interposto; III – as razões do pedido de reforma da decisão recorrida. Quando o recurso fundar-se em dissídio jurisprudencial, o recorrente fará a prova da divergência mediante certidão, cópia autenticada ou pela citação do repositório de jurisprudência, oficial ou credenciado, em que tiver sido publicada a decisão divergente, mencionando as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados.

c) O agravo de instrumento será instruído com as peças apresentadas pelas partes, devendo constar, obrigatoriamente, sob pena de não conhecimento, cópia de acórdão recorrido, da certidão da respectiva intimação, da petição de interposição do recurso denegado, das contra-razões, da decisão agravada, da certidão da respectiva intimação e das procurações outorgadas aos advogados do agravante e do agravado. As cópias das peças do processo poderão ser declaradas autênticas pelo próprio advogado, sob sua responsabilidade pessoal.

d) Poderá o relator, se o acórdão recorrido estiver em confronto com a súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, conhecer do agravo para das provimento ao próprio recurso especial; poderá ainda, se o instrumento contiver os elementos necessários ao julgamento do mérito, determinar sua conversão, observando-se, daí em diante, o procedimento relativo ao recurso especial.

e) Das decisões interlocutórias caberá agravo, no prazo de 10 (dez) dias, na forma retida, porém será admitida a sua interposição por instrumento, quando: i.- se tratar de decisão suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação; ii.- nos casos de inadmissão de apelação; iii.- nos casos relativos aos efeitos em que a apelação é recebida.



45) De acordo com a Lei 12.016 de 2009, que disciplina o Mandado de Segurança Individual e coletivo, é correto afirmar:

I. Equiparam-se às autoridades, os representantes ou órgãos de partidos políticos e os administradores de entidades autárquicas, bem como os dirigentes de pessoas jurídicas ou as pessoas naturais no exercício de atribuições do poder público, somente no que disser respeito a essas atribuições.

II. Não cabe mandado de segurança contra os atos de gestão comercial praticados pelos administradores de empresas públicas, de sociedade de economia mista e de concessionárias de serviço público.

III. Quando o direito ameaçado ou violado couber a várias pessoas, todas deverão requerer o mandado de segurança em litisconsórcio ativo necessário.

IV. O titular de direito líquido e certo decorrente de direito, em condições idênticas, de terceiro poderá impetrar mandado de segurança a favor do direito originário, se o seu titular não o fizer, no prazo de 30 (trinta) dias, quando notificado judicialmente.

V. Controvérsia sobre matéria de direito impede concessão de mandado de segurança.

- a) Apenas III, IV e V estão corretas.
- b) I, II e IV estão corretas.
- c) Apenas II, III e IV estão corretas.
- d) I, II e III estão corretas.
- e) Todas estão corretas

### DIREITO TRIBUTÁRIO

46) Para aumentar a arrecadação tributária do Município, o Prefeito poderá:

a) enviar mensagem à Câmara de Vereadores propondo o aumento das alíquotas do ICMS.

b) enviar mensagem à Câmara de Vereadores propondo aumentar as alíquotas do Imposto Territorial Rural.

c) enviar mensagem à Câmara de Vereadores propondo aumentar a alíquota do Imposto sobre a Transmissão "Inter Vivos".

d) enviar mensagem à Câmara de Vereadores propondo alterar a base de cálculo da Taxa de Limpeza Pública, passando a ser a mesma do IPTU.

e) enviar mensagem à Câmara de Vereadores propondo o aumento das alíquotas dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza.

47) Analise as assertivas e assinale a alternativa CORRETA. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios

I - exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça.

II - instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontre em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos.

III - utilizar tributo, com efeito, de confisco.

IV - estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais, ressalvada a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo Poder Público.

- a) Apenas I, II e III.
- b) Apenas I, III e IV.
- c) Apenas I e II.
- d) Apenas I, II e IV.
- e) I, II, III e IV.

48) Determinado fiscal de tributos, da Secretaria de Finanças de um Município, compareceu à empresa de serviços de segurança "segura tudo" Ltda. e lavrou auto de infração, por falta de pagamento do ISS, nos exercícios de 2012 e de 2013, somando a quantia de R\$200.000,00, mais multa de 50% do valor do imposto. No caso posto a modalidade de lançamento utilizado foi:

- a) Por Declaração
- b) Por Homologação
- c) Autolanzamento.
- d) Misto ou por declaração
- e) De Ofício



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LIMPO PAULISTA  
Prova de Procurador Jurídico

49) Compete ao Município instituir:

- a) imposto sobre propriedade territorial rural.
- b) contribuição para custeio de iluminação pública.
- c) imposto sobre transmissão causa mortis e doação de quaisquer bens e direitos.
- d) imposto sobre propriedade de veículos automotores.
- e) taxa de conservação de vias e logradouros públicos.

50) De acordo com o Código Tributário Nacional, assinale a única alternativa correta:

- a) A lei tributária não pode retroagir quando for meramente interpretativa.
- b) A lei tributária pode retroagir, se vier a agravar penalidade anteriormente imposta.
- c) A lei tributária não pode retroagir, se vier a diminuir a alíquota de impostos com função extra-fiscal.
- d) Nunca será aplicada, a fatos geradores pretéritos, lei tributária que amplie os poderes de investigação das autoridades administrativas.
- e) As convenções particulares, relativas à responsabilidade pelo pagamento de tributos, não podem ser opostas à Fazenda Pública, para modificar a definição legal do sujeito passivo das obrigações tributárias correspondentes.